



## PET-SAÚDE EQUIDADE – GT MATERNAGEM: JUSTIÇA REPRODUTIVA, GÊNERO E EQUIDADE NA AVALIAÇÃO DAS OFICINAS SOB A PERSPECTIVA DAS TRABALHADORAS DO SUS

Monalisa Nascimento dos Santos Barros  
Lorena D'Oliveira Gusmão  
Ana Carolina Oliveira Araújo  
Gabrielle Silva Sousa  
Raminy Kelly de Novais Brito

### Resumo

O **PET-Saúde Equidade** é um programa interministerial dos Ministérios da Saúde e da Educação que fortalece a integração ensino–serviço–comunidade e promove a equidade de gênero, raça/etnia, deficiência, sexualidade e identidade de gênero no Sistema Único de Saúde (SUS). Este trabalho apresenta a **avaliação das oficinas do GT Maternagem**, realizadas em **Vitória da Conquista (BA)**, com **450 profissionais da rede SUS**, em diálogo com a recente **Política Nacional de Cuidados (PNC, 2024)** e o paradigma da **Justiça Reprodutiva**. A análise das respostas ao formulário eletrônico (n=75) evidenciou o impacto subjetivo, pedagógico e político das oficinas, que foram percebidas como espaços de escuta, acolhimento e reparação simbólica. O estudo demonstra que ações extensionistas fundamentadas na justiça reprodutiva e na política do cuidado contribuem para o fortalecimento da equidade de gênero e para a humanização do trabalho em saúde.

**Palavras-chave:** Justiça Reprodutiva. Equidade de Gênero. Política Nacional de Cuidados. Maternagem. Saúde Coletiva.

### Abstract

The **PET-Saúde Equidade** (Health and Equity Education Program) is a joint initiative of Brazil's Ministries of Health and Education that integrates teaching, health services, and community to promote gender, racial/ethnic, sexual, and disability equity within the Unified Health System (SUS). This paper presents the **evaluation of the GT Maternagem workshops** held in **Vitória da Conquista, Bahia**, involving **450 SUS workers**, discussed in light of the newly approved **National Care Policy (PNC, 2024)** and the framework of **Reproductive Justice**. Analysis of 75 qualitative responses revealed that the workshops served as spaces of listening, affective repair, and political awareness. The findings underscore that extension activities grounded in reproductive justice and the ethics of care strengthen gender equity and humanization in public health work.

**Keywords:** Reproductive Justice. Gender Equity. National Care Policy. Mothering. Collective Health.

<sup>1</sup> Docente Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Departamento de Ciências da Saúde.

<sup>2</sup> Discente de Enfermagem - Universidade Federal da Bahia, UFBA

<sup>3</sup> Discente de Medicina – Universidade Federal da Bahia, UFBA

<sup>4</sup> Nutricionista - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Bahia.

<sup>5</sup> Discente de Farmácia - Universidade Federal da Bahia, UFBA

<sup>6</sup> Discente de Psicologia- Universidade Federal da Bahia, UFBA



## Contextualização

O **PET-Saúde Equidade** é um programa estratégico dos Ministérios da Saúde e da Educação (edição 2023–2025), que busca aproximar **universidades e serviços de saúde** na construção de práticas voltadas à **equidade, diversidade e valorização dos trabalhadores do SUS**.

Em **Vitória da Conquista (BA)**, o projeto é desenvolvido pela **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)** e pela **Universidade Federal da BAHIA (UFBA)** em parceria com a **Secretaria Municipal de Saúde (SMS/VC)**. O município é o terceiro maior da Bahia e referência para 73 cidades do Sudoeste, com uma rede que inclui **47 Unidades de Saúde da Família (USF)** urbanas, **8 unidades rurais, policlínicas, centros de especialidades, CAPS, UPA** e o **Hospital Esaú Matos**, referência em gestação de alto risco e neonatologia humanizada. Essa estrutura reflete uma política local de fortalecimento da Atenção Primária e da Educação Permanente, base essencial para a implantação do PET-Saúde Equidade.

O **GT Maternagem**, coordenado pela Profa. Dra. **Monalisa Barros**, surgiu como espaço de **escuta e formação crítica sobre maternagem e cuidado**, articulando dimensões afetivas, institucionais e sociais do trabalho em saúde. A proposta insere-se nos debates contemporâneos sobre **Justiça Reprodutiva** (Ross, 2017; Diniz, 2021) e na recém-aprovada **Política Nacional de Cuidados (PNC, 2024)**, que reconhece o cuidado como **direito, trabalho e responsabilidade coletiva**.

Nesse contexto, discutir maternagem é discutir também **política pública, gênero e redistribuição do cuidado**. A PNC e o PET-Saúde Equidade compartilham princípios éticos e estruturais: ambos afirmam que **o cuidado é um bem social**, que deve ser sustentado por políticas estatais e pela corresponsabilidade entre homens, mulheres e Estado.



A perspectiva da **Justiça Reprodutiva**, proposta por **Loretta Ross e o coletivo SisterSong**, reforça que a saúde reprodutiva e o direito de cuidar (ou não) são atravessados por desigualdades de raça, classe e gênero. No Brasil, autoras como **Daphne Rattner, Débora Diniz, Carla Akotirene e Jurema Werneck** têm aprofundado esse debate, evidenciando a necessidade de políticas que enfrentem as iniquidades e promovam autonomia sobre o corpo e o tempo das mulheres.

Assim, o GT Maternagem, ao trabalhar as experiências de mulheres trabalhadoras do SUS, inscreve-se como **dispositivo vivo da Política Nacional de Cuidados**, transformando o conceito em prática territorial, relacional e educativa.

### **Aspectos Metodológicos da Avaliação**

As oficinas foram realizadas entre maio e setembro de 2025, com a participação de **450 trabalhadoras e trabalhadores da rede SUS de Vitória da Conquista**. A metodologia combinou **educação pelo trabalho** (Freire, 1979) e **pesquisa-intervenção**, estruturada em oficinas vivenciais, dinâmicas simbólicas e rodas de escuta.

A avaliação foi conduzida por meio de **formulário eletrônico (Google Forms)** com quatro perguntas abertas, respondido por 75 participantes. As respostas foram submetidas à **análise de conteúdo temática (Bardin, 2011)**, orientada pelos referenciais da **Clínica Ampliada (Campos, 2000)**, da **Micropolítica do Cuidado (Onocko Campos, 2010)** e da **Justiça Reprodutiva (Ross, 2017; Diniz, 2021)**.

Essa escolha metodológica privilegia a **voz das mulheres trabalhadoras**, entendendo-as como **sujeitos políticos do cuidado**. A escuta das participantes é aqui compreendida como **ato ético, epistemológico e**



**político**, coerente com a pedagogia freireana e com os princípios da PNC de reconhecimento do cuidado como trabalho essencial.

## Resultados e Discussão

A análise revelou quatro eixos de sentido principais:

### 1. Escuta e reconhecimento como cuidado político

As participantes relataram que as oficinas foram “momentos de escuta que curam” e “espaços de respiro”. A escuta coletiva foi percebida como forma de **reparação simbólica e política**, ecoando o princípio da **Justiça Reprodutiva**, que propõe restaurar o poder das mulheres sobre suas experiências corporais e afetivas (Ross, 2017).

### 2. Autonomia e pertencimento

A reflexão sobre maternagem ampliada — incluindo infertilidade, adoção, luto e maternidades diversas — favoreceu o **reconhecimento de trajetórias invisibilizadas**. Conforme Schraiber (1995), a autonomia das mulheres na saúde requer desnaturalizar papéis e desafiar a divisão sexual do trabalho.

### 3. Cuidado e equidade de gênero no SUS

As participantes relataram sentir-se valorizadas e refletiram sobre o **direito de cuidar e ser cuidada** como questão de justiça social. Essa percepção está em consonância com a **Política Nacional de Cuidados**, que propõe a redistribuição do cuidado como eixo da equidade e da democracia.

### 4. Ampliação da consciência crítica e institucional

As respostas indicaram desejo de aprofundamento teórico e continuidade das ações, com inclusão do tema da maternagem nas políticas de



educação permanente. Isso reflete o papel da extensão universitária como **instrumento de emancipação e transformação institucional**, conforme Santos (2008) e Merhy (2002).

A convergência entre a PNC, a Justiça Reprodutiva e o PET-Saúde Equidade revela um novo horizonte político: o **Cuidado como Direito Humano** e o **Trabalho em Saúde como espaço de justiça social e reconfiguração de gênero**.

### Considerações Finais

A avaliação das oficinas do **GT Maternagem** confirma que a extensão universitária, quando alinhada à **Justiça Reprodutiva** e à **Política Nacional de Cuidados**, é capaz de produzir práticas emancipatórias e transformar subjetividades no cotidiano do SUS.

As oficinas demonstraram que o **cuidado é ato político e coletivo**, e que o reconhecimento das diversas formas de maternar constitui um gesto de equidade e reparação histórica. A experiência em Vitória da Conquista consolida o **PET-Saúde Equidade** como estratégia pedagógica e micropolítica de implementação da Política Nacional de Cuidados no território.

O SUS se mostra, assim, não apenas como sistema de atenção, mas como **tecido ético de relações**, onde o cuidado e a justiça caminham juntos para sustentar a vida.

### Referências

1. AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
2. AYRES, J. R. C. M. *Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.



3. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
5. BRASIL. *Decreto nº 12.145, de 23 de abril de 2024*. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.
6. CAMPOS, G. W. S. *A clínica ampliada e compartilhada*. São Paulo: Hucitec, 2000.
7. CAMPOS, G. W. S.; ONOCKO CAMPOS, R. *Micropolítica e saúde*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2010.
8. DINIZ, D. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
9. FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
10. MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.
11. RATTNER, D. *Direitos reprodutivos no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: ReHuNa, 2022.
12. ROSS, L. *Reproductive Justice: an introduction*. Oakland: University of California Press, 2017.
13. SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.